



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Naomar Monteiro de Almeida Filho

Vice-reitor

Francisco José Gomes Mesquita



Editora da Universidade Federal da Bahia

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Carmen Pontes Teixeira

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Fernando da Rocha Peres

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Sérgio Coelho Borges Farias

Suplentes

Bouzid Izerrougene

Cleise Furtado Mendes

José Fernandes Silva Andrade

Nancy Elizabeth Odonne

Olival Freire Junior

Silvia Lúcia Ferreira

Apoio



O conteúdo desta obra foi aprovado pelo Conselho Científico da FAPESB

TÂNIA LOBO
ILZA RIBEIRO
ZENAIDE CARNEIRO
NORMA ALMEIDA
(Orgs.)

PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

VOLUME VII: *NOVOS DADOS, NOVAS ANÁLISES*

TOMO II

EDUFBA
Salvador - Ba
2006

TRADIÇÕES DISCURSIVAS E MUDANÇA LINGÜÍSTICA¹

por

Johannes Kabatek

Universidade de Tübingen, Alemanha

1. Desde há alguns anos, o conceito de Tradições Discursivas vem sendo empregado com frequência cada vez maior na lingüística românica e, recentemente, aplica-se também no âmbito dos estudos históricos do português brasileiro, dedicando-se-lhe, entre outros, um Grupo de Trabalho dentro do Projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB). Como costuma ser habitual, também neste caso, a recepção de um paradigma científico novo provoca um certo entusiasmo, mas também uma certa confusão. O primeiro leva à criação de inúmeros trabalhos, de orientação bem diversa, sob a mesma etiquetagem de Tradições Discursivas (TD); o segundo, a uma série de questões que procuram estabelecer relações entre o paradigma novo e outros, mais tradicionais, como o estudo da mudança lingüística, a pragmática ou o estudo dos gêneros textuais. A pergunta implícita que deriva desses estudos é o que é realmente esse paradigma novo que se chama TD? Ele é sinônimo de gênero textual? São formas textuais? Podem ser também variedades de línguas ou estilos?

No que segue, procurarei dar algumas respostas a este respeito, oferecendo, em primeiro lugar, uma precisão terminológica do que se pode entender por TD e quais são alguns dos conceitos fundamentais ligados a elas, relacionando, em segundo lugar, as TD com a questão geral da mudança lingüística, partindo da hipótese de que o estudo das TD é relevante para o estudo histórico da língua e que pode ser até fundamental.

2. O conceito de TD nasce dentro da lingüística alemã, especialmente dentro da lingüística românica. Fortemente marcados pela tradição do ensino de Eugenio Coseriu, a maioria dos romanistas alemães aceita como fundamental a distinção coseriana entre três níveis do falar, três aspectos da atividade lingüística cuja diferenciação é considerada requisito prévio imprescindível para qualquer questão do estudo da linguagem. Trata-se

¹ Agradeço a José da Silva Simões a revisão idiomática do presente texto.

da distinção entre o nível universal do *falar em geral*, esse nível que é comum a todos os seres humanos e anterior à diferenciação babélica das línguas; aqui se encontra o dispositivo geral do homem para falar, para comunicar-se por meio de signos lingüísticos que designam o mundo da experiência. O segundo nível é o histórico, das línguas como sistemas de significação historicamente dados, atualizados, no terceiro nível, em *textos* ou discursos concretos. Corresponde ao primeiro nível a *designação* como atividade lingüística universal, atribuição de signos a um mundo de objetos, realizada desde o segundo nível com signos de uma língua particular que, na realidade, criam uma visão particular desse mundo, a partir de *significados* de uma língua e concretamente na atualização em atos individuais com a sua finalidade e o seu *sentido* particular. Os três níveis estão concomitantes quando se fala e unicamente se podem derivar a partir de atos concretos, já que não se pode falar “universalmente” sem falar uma língua e sem produzir textos, e não se pode falar uma língua como sistema de signos sem que seja mediante textos. Existe, porém, a possibilidade e até a necessidade de separação desses níveis na investigação de uma questão lingüística concreta.

O conceito de TD parte dessa classificação, ampliando-a e precisando alguns aspectos não contidos nela. Foi ao longo dos anos 80 do século passado que se estudava, desde diferentes perspectivas, a importância da distinção entre linguagem oral e linguagem escrita para a lingüística empírica, mas também para a teórica. A origem desses estudos encontra-se na lingüística de texto e da pragmática, tal como foram concebidas desde os anos 60 e 70. Já em 1955, Eugenio Coseriu havia postulado uma lingüística própria do nível do texto/discurso². Ao longo dos anos 60, sobretudo na germanística (e em grande parte dos estudos, independentemente dos postulados de Coseriu), começou-se a estudar o texto com as suas particularidades, dando especial atenção aos tipos textuais (“Textsorten”), definidos por Peter Hartmann, em 1964, como “conjuntos de textos compartilhando determinadas características”³. Uma autêntica lingüística de texto que estuda as diferentes características de tipos textuais nasce como disciplina própria no início dos anos 70⁴, e publicam-se diferentes trabalhos que identificam as particularidades dos tipos textuais desde diferentes perspectivas. Nos anos seguintes, diferentes campos no estudo da textualidade foram identificados⁵:

- em primeiro lugar, considera-se a textualidade a partir dos elementos lingüísticos que aparecem em cada texto, sobretudo elementos sintáticos e lexicais (p. ex., em uma

² Coseriu 1955, 56.

³ “Mengen von Texten mit bestimmten gemeinsamen Eigenschaften”, Hartmann 1964, 23.

⁴ Cf., p. ex., o importante livro publicado por Gülich/Raible 1972.

⁵ Para o seguinte, ver Heinemann 2000.

previsão de tempo, aparecerão outras formas verbais e outro tipo de frases do que em uma crônica ou em um tratado filosófico);

- em segundo lugar, descreve-se a textualidade desde o conteúdo, diferenciando entre a microestrutura e a macroestrutura, assim como padrões gerais (textos descritivos, técnicos etc);

- em terceiro lugar, considera-se o texto pela sua inserção situacional. No caso extremo, afirma-se até que um tipo bem determinado de situação define um tipo bem determinado de texto;

- em quarto lugar, considera-se o texto desde a sua função ou finalidade comunicativa, derivada da sua ilocução dominante.

Cada uma dessas tendências tem a sua vantagem e os seus defeitos, de modo que houve autores que propunham modelos de vários níveis, combinando os diferentes pontos de vista e às vezes procurando pôr em evidência a sua mútua interrelação.

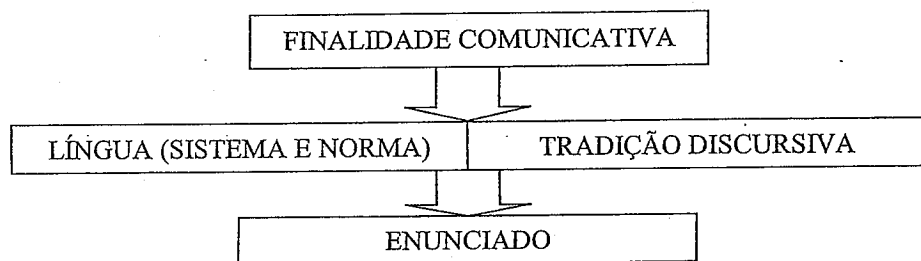
Se por um lado uma lingüística de texto começou a estabelecer-se como disciplina própria, por outro começou a haver tentativas de combinar os resultados desse novo ramo da lingüística com outras questões, particularmente a lingüística variacional e a pragmática. No ano de 1983, Brigitte Schlieben-Lange, que havia estudado em Tübingen com Eugenio Coseriu e combinado diferentes aspectos da sociolingüística e da pragmática com a teoria de Coseriu, apresentou a proposta de uma *Pragmática histórica* em um livro que relacionava a discussão sobre oralidade e “escrituralidade”⁶ com uma visão histórica e ofereceu assim o fundamento para o que mais adiante se chamaria o estudo das TD⁷. Nesse livro, encontram-se algumas das idéias que mais tarde seriam fundamentais para o conceito das TD, entre outras a observação de que existe uma história dos textos independente da história das línguas e que o estudo histórico das línguas deve tê-la em conta. Nos anos seguintes, um nome foi dado a essas tradições além das línguas, as Tradições Discursivas⁸, e, desde então, o conceito foi aplicado a numerosas questões de diversas línguas e encontra-se, atualmente, no centro de interesse de uma série de projetos de pesquisa no mundo inteiro. Nos trabalhos de Peter Koch e Wulf Oesterreicher, em particular nos trabalhos fundamentais de Koch (1997) e Oesterreicher (1997), define-se o conceito das TD partindo da reduplicação do nível histórico coseriano: postula-se a

⁶ Esse neologismo terminológico é a tradução do alemão “Schriftlichkeit”, termo marcado para distinguir a escrita (meio de expressão) da escrituralidade (concepção) da “linguagem de distância”, veja Koch-Oesterreicher 1985.

⁷ Schlieben-Lange 1983. Algumas das idéias fundamentais desse livro encontram-se em versão portuguesa em Schlieben-Lange 1993.

⁸ Cf. Koch 1997, Oesterreicher 1997.

existência de dois fatores no nível histórico, a língua como sistema gramatical e lexical de uma língua, e as tradições discursivas. Dito de outra maneira, pode-se dizer que a atividade do falar, com uma finalidade comunicativa concreta, atravessaria dois filtros concomitantes até chegar ao produto do ato comunicativo ou enunciado: um primeiro filtro correspondente à língua e um segundo correspondente às tradições discursivas, segundo o seguinte esquema⁹:



Esq. 1: Tradições discursivas

Exige-se, pois, uma ampliação do conceito de historicidade, dizendo que as TD compartilham a mesma historicidade que as línguas. Em outro lugar, expliquei por que acho que me parece necessário distinguir uma historicidade particular da língua, que coincide com a historicidade do ser do homem, da historicidade das TD, de outra índole¹⁰. Mas ainda que fosse assim e independentemente do lugar exato que ocupam os dois filtros com respeito aos três níveis coserianos, devemos aceitar a sua existência e a sua importância à hora de falarmos. Assim, quando encontro alguém na rua diante da casa pela manhã e a minha intenção ou finalidade comunicativa é a de expressar uma saudação, essa finalidade não encontra a solução só no acervo lexical e gramatical do português, produzindo enunciados corretos como “emito uma saudação para você” ou semelhantes, senão que digo “bom dia” segundo uma tradição estabelecida além das regras da língua – às vezes até contrária às regras atuais da mesma (segundo as quais provavelmente uma colocação adjetival como “dia bom” como expressão elíptica de

⁹ Cf. Oesterreicher 1997, 21; Koch 1997.

¹⁰ Veja-se Kabatek (no prelo b). As diferentes historicidades podem-se ilustrar também com a importância da palavra no cristianismo: por um lado, o homem define-se pela palavra, início do seu ser e relação com a divindade (João 1, 1); pelo outro, existe a TD das sagradas escrituras.

“desejo-lhe um dia bom” seria menos marcada¹¹). Além de atos de fala fundamentais como a saudação, o agradecimento, a promessa, as tradições discursivas podem estar também ligadas a finalidades mais complexas exclusivas a determinadas culturas, como p. ex. todas as TD escritas, restritas às culturas com escrita, e dentro delas, TD ligadas a determinadas instituições, como p. ex. os gêneros jurídicos. Uma primeira abordagem poderia entender então as TD como modos tradicionais de dizer as coisas, modos que podem ir desde uma fórmula simples até um gênero ou uma forma literária complexa. Agora, precisamente por essa relação entre as TD e os gêneros, tem-se entendido em alguns trabalhos como sinônima a noção de TD com a de gênero. Mas se fosse assim, o próprio termo TD não seria mais do que um substituto para algo já estudado à exaustão pela lingüística de texto.

31 Acho importante ampliar em dois sentidos o conceito de TD para que realmente seja útil e de certa forma novo. Em primeiro lugar, a ampliação refere-se a todos os tipos de tradição de textos, não unicamente às complexas. Uma fórmula como “bom dia” não corresponde a um gênero concreto, exceto estendendo – o que evidentemente é possível e também foi proposto mais de uma vez – o conceito de gênero também para as fórmulas tradicionais da língua oral. Mas há uma segunda ampliação, ainda mais importante, que podemos ilustrar com um exemplo: como em todo parlamento, no parlamento nacional da França, diferentes políticos identificam-se mediante os seus discursos com diferentes idéias políticas, e também mostram a sua procedência diversa. Há, evidentemente, uma identificação com conteúdos políticos expressa nas proposições feitas respectivamente; mas observa-se também outra relação de tradição quando políticos que freqüentaram a prestigiosa fábrica de elites, que é a Escola Nacional de Administração (ENA), evocam o seu passado usando determinadas expressões ou até formas gramaticais como o imperfeito do subjuntivo, forma arcaica praticamente morta no francês oral atual. O que fazem esses políticos é evocar um discurso que serve de identificador com um grupo (neste caso, com elementos de uma variedade diafásica concreta). É uma tradição de falar dentro de um mesmo gênero, o discurso parlamentar. Nas cartas do século XIX editadas pelos diferentes grupos de pesquisa do projeto PHPB, misturam-se distintas formas de escrever, no início talvez simplesmente pelo diferente grau de conhecimento da tradição do gênero ‘carta’ pelos diferentes missivistas, mas posteriormente criando tradições diferentes: dentro de um mesmo gênero, diferentes tradições, o que não nega que o gênero seja também tradicional: os gêneros são tradições de falar, mas nem todas as tradições de falar são gêneros.

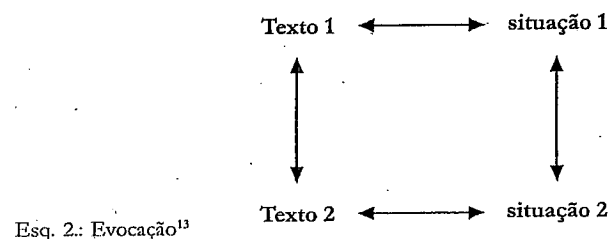
¹¹ Para a posição do adjetivo em português, veja-se Callou *et alii* 2003, 11-35.

O traço definidor das TD é, então, a relação de um texto em um momento determinado da história com outro texto anterior: uma relação temporal com *repetição* de algo. Esse “algo” pode ser a repetição total do texto inteiro, como no caso da fórmula “bom dia”, mas também pode ser apenas a repetição parcial ou ainda a ausência total de repetição concreta e unicamente a repetição de uma forma textual, como, por exemplo, no caso de dois sonetos, ligados por uma tradição mesmo quando não contêm nenhum elemento concreto em comum.

Temos já uma série de traços para aproximar-nos de uma definição, mas ainda não são suficientes. Se por um lado uma TD implica sempre a repetição de algo no tempo, o contrário não é certo: evidentemente, nem todas as repetições de algo são tradições discursivas. Devemos, pois, precisar ainda uma série de condições. A primeira é que uma TD deve ser discursiva, quer dizer que ficam excluídas todas as repetições não lingüísticas. Duas árvores do mesmo tipo são geneticamente unidas e podem evocar uma tradição, mas não se trata de uma TD. Os anoiteceres podem-se considerar “tradições” da natureza (ou de uma percepção da natureza) já que se repetem, mas não são tradições discursivas. E também os objetos não lingüísticos da cultura, como as pinturas cubistas, o samba ou os mosteiros românicos, não são TD, apesar da sua indiscutível tradicionalidade. A segunda condição é que, mesmo no caso da repetição de elementos lingüísticos, nem toda repetição forma uma TD. Na frase anterior, palavras como “a”, “segunda”, “é”, “que” etc. são palavras repetidas milhões de vezes na língua portuguesa em milhares de circunstâncias, mas nenhuma delas é capaz de formar uma TD por si só¹². Pode haver tradições que consistem de uma só palavra, como a saudação “oi”, mas no caso de tradições mais complexas, p. ex. a tradição do ensaio científico, só uma combinação particular de uma série de formas torna possível a inserção de um texto em uma TD. Haverá, pois, que introduzir na definição essa “possibilidade inerente” da repetição, base para que se possa considerar relevante para estabelecer uma TD: nem toda repetição de um elemento lingüístico forma uma TD, mas a formação de uma TD exige a repetição de algo. A terceira condição é a mais complexa e refere-se ao conteúdo de um texto. Poder-se-ia dizer que a repetição da comunicação de um conteúdo já é uma TD já que é algo lingüístico e ao mesmo tempo algo que se repete. Ou a repetição de uma situação e as palavras pronunciadas em ambas. Ou a repetição de duas instituições ou de dois canais particulares de comunicação. Todas estas repetições não são ainda TD, mas são repetições que podem estar intimamente ligadas às TD, ligadas

¹² Cf. também Heinemann 2000: 11.

mediante o que chamamos a *evocação*. Considerar a TD só desde o seu lado textual unicamente tem em conta um aspecto dela, precisamente o aspecto que nos interessa, mas que não é explicável sem a contrapartida que o evoca. A saudação, por exemplo, é evocada por uma situação concreta que se repete: o mencionado encontro evoca outros encontros nos quais se pronunciava a mesma seqüência de palavras. O mesmo vale para as tradições ligadas a instituições: o marco concreto da instituição evoca (ou mesmo exige) uma tradição determinada. Ou pode haver tradições evocadas pelo canal ou o meio de comunicação, como o telefone, o SMS, o telegrama. Assim, também as repetições anteriormente mencionadas, tanto de fenômenos naturais como de tradições culturais, podem evocar TD: os anoiteceres evocam a poesia dos anoiteceres, que pode corresponder a uma tradição discursiva, a pintura cubista evoca os discursos sobre a pintura e o samba, a tradição de letras ou de comentários metamusicais. A relação de tradição de uma TD tem então duas faces, a TD propriamente dita e a constelação discursiva que a evoca, segundo o seguinte esquema, no qual o eixo horizontal representa a evocação e o eixo vertical, a repetição, quer dizer o tempo entre os dois textos:



Este esquema evidencia mais uma observação: a concomitância de dois fatores definidores de TD permite completar o quadrado também em casos de ausência de um dos quatro elementos. Por exemplo, se o encontro pela rua evoca a saudação, esta evocação funciona independentemente de se a saudação é pronunciada ou não¹⁴. Mas o “não-saudar” terá então uma função particular, e a pessoa não saudada perguntará talvez se aconteceu alguma coisa entre os dois que provocou tal silêncio. O silêncio adquire significado precisamente em relação a uma tradição discursiva evocada, mas não enunciada. O mesmo é possível também do lado contrário: pronunciar uma saudação

¹³ Com esse esquema, não queremos de modo nenhum defender uma definição monocausal e puramente situacional das TD; mas achamos que uma relação – não necessária, mas possível – é evidente.

¹⁴ Como já observou Sandig 1970, 178: “Die inhaltlich, zweckhaft und sozial bestimmte Sprachhandlungsorte bedingt die Selektion und Kombination von Sprachmitteln zu Texten.”

fora da situação correspondente evoca tal situação, e buscar-se-á o sentido desse enunciado em relação à situação evocada.

A TD tem valor de signo e é reconhecível por meio de signos metatextuais como “saudação”, “carta”, “soneto” etc.

Estamos agora em condições de oferecer uma definição do conceito de TD para depois precisar algumas das suas consequências:

Entendemos por Tradição Discursiva (TD) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos lingüísticos empregados.

Esta definição deixa ainda aberta uma série de questões e implica uma série de consequências que vamos discutir a seguir. A primeira questão é a da relação entre tradição discursiva e referência. No exemplo simples da saudação, esta relação é clara: existe uma constelação referencial ou situacional associada com um texto (a saudação). Mas também existem textos não situacionais, textos independentes de uma inserção pragmática concreta, p. ex. textos escritos, que criam a sua própria constelação discursiva. Na evolução das culturas, podemos observar freqüentemente como as línguas vão criando textos autônomos, textos que eles mesmos criam os seus contornos extralingüísticos com meios textuais, internalizando assim a evocação acima descrita, fazendo-a inseparável de um segundo elemento: no interior do texto, superfície textual e criação da realidade extralingüística são fundidas.

A segunda questão atinge a relação entre tradições discursivas e variedades lingüísticas (variedades diatópicas, diastráticas e diafásicas). Poderíamos dizer simplesmente que não há uma relação direta e que são duas maneiras diferentes de considerar a linguagem. Mas no exemplo dos parlamentares franceses, também poderíamos supor que uma variedade lingüística pode funcionar como tradição discursiva: a variedade diafásica que inclui o imperfeito do subjuntivo francês seria ao mesmo tempo a tradição de falar dos chamados “Enarcas” que estudaram juntos na mesma escola. O que é evidente é que nos discursos dos parlamentares há unidade de gêneros e não existe, dentro dessa homogeneidade, outra possibilidade de marcar diferenças senão empregando elementos de diferentes variedades lingüísticas. Isto não quer dizer, porém, que uma TD seja o

mesmo que uma variedade: existem boas razões para a separação de ambos fenômenos¹⁵. Mas o saber acerca das variedades é transmitido a miúdo mediante as TD, e o emprego situacional de elementos de variedades pode ser condicionado precisamente pelas TD¹⁶. E o conjunto do saber que nos indica a seleção dos elementos gramaticais e variacionais e as TD adequadas é o que se pode chamar a nossa *competência comunicativa*¹⁷.

As consequências da definição são múltiplas, e poderei mencionar só algumas delas. A primeira é que uma tradição discursiva, tendo ela mesma o valor de signo, comunica mais do que um texto sem tradição, posto que, além do seu valor proposicional, também transmite uma referência à tradição concreta. “Bom dia” não é só uma saudação, é também uma referência à tradição dessa saudação concreta. Por isso, uma TD é *mais* do que um simples enunciado; é um ato lingüístico que relaciona um texto com uma realidade, uma situação etc., mas também relaciona esse texto com outros textos da mesma tradição. Esse valor adicional de uma TD permite paradoxalmente a sua redução. Tendo uma TD valor de signo próprio, pode consistir em menos de uma proposição concreta e reduzir-se a uma simples alusão à tradição em questão. “Bom dia” funciona como saudação ainda que seja uma expressão elíptica. As tradições de textos muito freqüentes tendem à elipse e a uma crescente opacidade, de maneira comparável aos elementos lingüísticos ao longo de um canal de gramaticalização.

A segunda consequência da nossa definição deriva do caráter composicional das TD. Uma TD não é sempre um texto repetido sempre da mesma maneira, pode ser também uma forma textual ou uma combinação particular de elementos. Um texto pode, p. ex., pertencer ao mesmo tempo à TD “soneto” e “poema de amor” e conter até mais elementos tradicionais separáveis, p. ex. no emprego particular do material lingüístico. Vamos chamar esta composicionalidade “composicionalidade paradigmática”, referindo-se à concomitância de referências a diferentes TD em uma mesma porção de texto. E existe também uma composicionalidade “sintagmática”, na sucessão de elementos (ou de subtópicos) ao longo de um texto: muitos textos não são homogêneos, contêm uma série de textos diferenciados e diferenciáveis. Um caso extremo é um romance como o *Ulisses*, que joga com uma sucessão de diferentes TD no transcurso de um texto longo.

¹⁵ Koch 1997, 46-49.

¹⁶ “Entscheidend ist in diesem Zusammenhang die schon angesprochene Tatsache, daß Diskurstraditionen keineswegs in den Regeln einer Einzelsprache enthalten sind, daß sie aber teilweise den Einsatz bestimmter Sprachvarietäten und Verbalisierungsmuster selegieren.” (Oesterreicher 1997, 20).

¹⁷ Oesterreicher 1997, 24, com referência a Habermas.

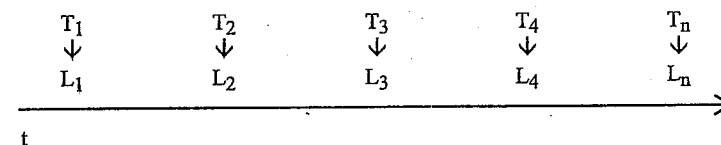
Da composicionalidade paradigmática derivam diferentes possibilidades de transformação¹⁸ de uma TD¹⁹. As TD são transformadas ao longo do tempo, e podem mudar até se converterem em outra realidade totalmente diferente da inicial. A variabilidade de uma TD pode ser sancionada socialmente. Existem TD fortemente fixadas, sobretudo em âmbitos religiosos ou rituais ou em instituições sociais de alto valor de conservação, lugares do arquivo da memória cultural. Em outros casos, a variabilidade faz parte da expressividade do falar, sobretudo em âmbitos orais, p. ex., na criatividade de inovação nos bate-papos na Internet ou em outras tradições expostas às tendências das modas.

Dada a composicionalidade das TD, a transformação de uma pode atingir um só de vários aspectos concomitantes. Para dar um exemplo, podemos observar vários casos da épica medieval onde um poema épico, ligado a uma forma textual particular, é transformado, aparecendo inserido em textos historiográficos como parte da narração. Tal é o caso, p. ex., do célebre *Poema de mio Cid* da tradição castelhana medieval, que aparece posteriormente à sua versão épica em toda uma série de crônicas medievais a partir do século XIII. A prosa historiográfica segue outro padrão textual do que a épica; estamos, pois, diante de uma transformação de uma forma textual em outra, mantendo-se o mesmo conteúdo. O interessante é que nos casos de transformação, estando implicitamente presente o modelo textual original, podemos repetidamente observar a presença de elementos particulares à forma textual inicial²⁰.

Ampliando o conceito de *Interferência lingüística*, podemos falar aqui de “interferência textual”, interferência entre duas TD. Por definição, sempre que houver transformação de uma TD, haverá interferência. Em trabalhos anteriores sobre a interferência lingüística²¹, observamos que sempre é necessário distinguir entre dois tipos de interferência, a interferência *positiva* e a interferência *negativa*. A interferência positiva é o que geralmente se entende por interferência (IF) sem mais, no caso da IF lingüística, a presença de elementos de uma língua A em um texto da língua B. A IF negativa, pelo contrário,

muitas vezes não é considerada nos estudos de IF e consiste na *ausência* de determinados elementos em um texto da língua B por causa da presença da língua A. É uma IF que não produz um resultado que é um “erro” abertamente visível, mas alterações na frequência do emprego das formas. Há dois tipos de IF negativa, a IF de *convergência* e a IF de *divergência*. A primeira consiste – e sigo com o caso da IF entre línguas – na preferência por formas comuns às duas línguas, evitando formas diferentes. A segunda é o contrário: a preferência por formas diferentes, evitando formas comuns. Esses dois tipos de IF negativa podem estar presentes simultaneamente na produção de um texto e são particularmente frequentes no contato de línguas semelhantes (como, p. ex., o português e o espanhol). Agora, o conceito de IF negativa também é aplicável no caso da IF entre TD. Seguindo com o exemplo da épica, o autor de uma crônica, consciente da diferença das características textuais entre épica e crônica, pode estar tentado a evitar qualquer alusão ao gênero original, evitando qualquer repetição de vogais interpretável como rima. De maneira semelhante, o tradutor de um texto de uma língua a outra semelhante, pode estar tentando buscar expressões diferenciadas do original mesmo se as expressões do original fossem totalmente “normais” também na língua de chegada. No estudo das transformações das TD, o aspecto da IF textual, tanto positiva como negativa, é um dos mais importantes, não sendo muitas vezes a transformação outra coisa além de uma combinação nova de elementos procedentes de diferentes tradições.

4. O estudo das tradições discursivas tem inúmeras aplicações. Uma delas é a relação com a gramática histórica, para chegarmos a uma gramática histórica mais diferenciada, que deixe ver com mais rigor as evoluções da língua e os processos de mudança lingüística. Muitas vezes, pensa-se que a evolução de uma língua é um processo unilinear e que o objetivo do historiador da língua é a reconstrução de uma espécie de “diacronia ideal”, a evolução da língua como se fosse uma linha. Mas na realidade, quando se estuda a história de uma língua, o que se estuda não é a língua (recordamos a tripartição de níveis) senão *textos* de diferentes épocas, textos que parecem representativos dos respectivos estados de língua (*états de langue* na terminologia de Saussure), segundo o esquema seguinte:



Esq. 3: Tradição textual e história da língua

¹⁸ Esse termo já se encontra, com sentido semelhante, em Oesterreicher 1997, 31.

¹⁹ Veja-se Kabatek (no prelo a).

²⁰ No caso mencionado das versões do *Poema de mio Cid* nas crônicas, observa-se, p. ex., a presença de rimas assonantes, não usuais normalmente em crônicas, como na crônica de Castilla: “Estonce fabló don Álvar Fáñez, su primo cormano: - Conbusco iremos todos, Cid, por yermos e por poblados, e nunca vos falleceremos en cuanto seamos bivos e sanos; conbusco despenderemos las mulas e los cavallos, e los averes e los paños; sienpre vos serviremos commo leales amigos e vasallos. - Estonce otorgaron todos lo que dixo Álvar Fáñez e mucho les agradesció mio Cid quanto allí fue razonado.”

²¹ Kabatek 2000a. O conceito é tomado de Coseriu 1977.

Em diferentes momentos da história, diferentes textos são escolhidos para a construção de uma sucessão histórica de gramáticas. Esta visão é problemática se pensamos que as diferentes tradições discursivas também condicionam o emprego dos meios linguísticos adequados, e que pode haver variação desses meios segundo a TD. Uma possibilidade para evitar desvios provocados pelos diferentes textos é a de basear o estudo histórico unicamente em uma tradição discursiva. Mas então não estudamos a história da língua, senão a história dessa tradição discursiva. Uma outra solução é a, de misturar textos de diferentes tradições para trabalhar com um *corpus* “equilibrado” de textos, e, como se sabe, é uma das exigências mais importantes para o desenho de *corpora* “representativos”. Mas que quer dizer equilibrado? Qual é a mistura mais acertada para uma boa história da língua? Alguns linguistas acham que se trata de um problema de quantidade. Se trabalhamos com grandes *corpora*, o problema da variação parece ser menor. Mas é realmente menor²²? Eu diria que simplesmente é menos visível, mas que também os macrocorpóra cada vez mais disponíveis para os estudos históricos das línguas são compostos de textos, e que não há um equilíbrio objetivo de textos em uma língua: há textos, textos de diferentes tradições discursivas, textos de uma mesma língua, mas não objetivamente quantificáveis. Uma língua não é como uma receita de cozinha com ingredientes textuais que se podem medir em gramas e litros. A única solução ao problema da coexistência de tradições discursivas diferentes que influem na diacronia da língua é então uma história da língua que estuda as diferentes tradições sem limitar-se a uma só, mantendo a diferenciação – uma história da língua menos monolítica que permitirá saber em quais TD uma inovação é criada, como se difunde ao longo das TD, e também onde há TD resistentes às inovações, TD que preservam elementos que em outras TD não se usam mais.

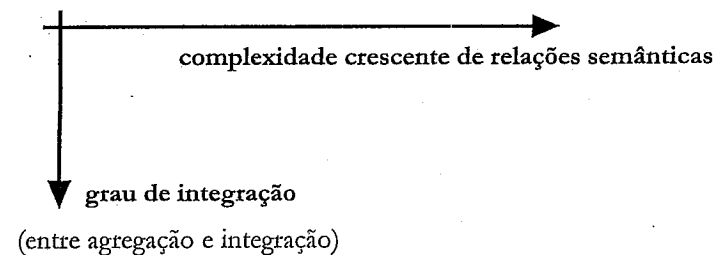
Uma vez que se aceita essa proposta, haveria que solucionar o problema metodológico de como se pode estudar a história de uma língua diferenciando as TD. Uma possibilidade é o estudo filológico detalhado dos textos: podemos explicar cada fenômeno gramatical em cada texto com referência à TD desse texto. Mas o problema do estudo detalhado, ilimitado em princípio na sua descrição de elementos, é que complica a comparação e a perspectiva de conjunto. Entre os dois extremos, descrição de uma evolução geral da língua sem diferenciação de detalhes textuais e descrição de detalhes textuais perdendo de vista a evolução da língua, tem de haver um caminho intermediário. Uma importante proposta nesse sentido é a metodologia chamada “Análise multi-dimensional” (*Multidimensional analysis*) aplicada por Douglas Biber a *corpora* históricos do inglês e de outras línguas. Biber parte da hipótese de que o que permite a identificação de uma TD²³

²² Vejam-se algumas das discussões em Kabatek/Pusch/Raible 2005.

²³ Biber não fala de TD, mas de registros ou de tipos de textos, referindo-se em parte a uma classificação externa dos textos. Não podemos aqui discutir o problema da categorização externa em relação à objetividade das características dos textos, mas queremos assinalar que as tradições de textos identificadas por Biber em grande parte correspondem ao que chamamos TD.

é uma particular combinação de elementos num texto. Num *corpus* histórico da língua inglesa, Biber contabiliza 67 elementos de 16 classes tão diversas como marcadores de tempo e aspecto, advérbios de tempo e lugar, pronomes, perguntas, formas nominalizadas, subordinação, preposições, classes lexicais, classes verbais etc. O primeiro resultado dos dados encontrados submete-se a uma análise fatorial para determinar quais dos elementos podem se correlacionar. Depois, mede-se a evolução dos diferentes fatores ao longo da história e em relação com as diferentes TD. A proposta de Biber não foi ainda aplicada no PB, e seria altamente interessante que dentro do grupo PHPB se tentasse aplicar essa metodologia aos *corpora* elaborados nos últimos anos.

Uma segunda via, semelhante à de Biber, é a que estamos seguindo em um projeto na universidade de Tübingen, e que temos intenção, no futuro, de aplicar também a textos da história do PB. A diferença fundamental com respeito ao método de Biber é que nós não partimos de uma análise “cega” de elementos, senão de um esquema cognitivo e sintático que reduz a quantidade de elementos por medir, os quais estão ordenados de uma forma que permite a máxima diferenciação na interpretação com um esforço reduzido. Partimos de uma teoria proposta há uns anos pelo linguista alemão Wolfgang Raible²⁴. Raible chama “Junktion” (termo emprestado a Lucien Tesnière) uma dimensão universal da linguagem segundo a qual podem sistematizar-se os diferentes elementos e as diferentes técnicas linguísticas para *juniar* ou combinar elementos proposicionais: técnicas, por um lado, classificadas segundo um esquema sintático que descreve diferentes graus do que Raible chama “integração” (desde a simples justaposição até formas extremas como a integração por nominalização, passando por diferentes etapas de subordinação), e classificadas, por outro lado, segundo as relações semânticas expressas pelos elementos juntores e que seguem uma escala cognitiva de complexidade crescente (começando com relações menos complexas como a condicionalidade até relações mais complexas como causalidade, finalidade, concessividade), segundo o seguinte esquema:



Esqu. 4: “Junktion” segundo Raible

²⁴ Raible 1992. Veja-se também Raible 2001.

Falar consiste fundamentalmente na atribuição de signos lingüísticos a um mundo percebido, signos com caráter nominal (para designar coisas) ou verbal (para designar ações). Entre as ações designadas com a combinação de elementos nominais e verbais, quer dizer entre frases, os falantes e os ouvintes estabelecem relações de diferentes tipos, classificáveis segundo o seu grau de complexidade. Essas relações podem ficar implícitas ou podem ter representação na superfície textual por meio de *juntores*: elementos dêiticos, elementos de coordenação ou de subordinação (conjunções), construções absolutas, construções participiais, grupos preposicionais, simples preposições... O esquema de junção oferece uma ordem lógica a esses elementos. A ordem do grau de integração dos juntores no eixo vertical pode-se exemplificar mediante os exemplos seguintes. Damos um exemplo de causalidade, mas em princípio, é imaginável qualquer relação semântica em qualquer nível entre agregação e integração:

- I. justaposição sem juntor (*João está doente. Não come nada.*)
- II. relação dêitica com a frase anterior (*[...] Por isso, não come nada.*)
- III. orações explicitamente unidas (*[...] pois não come nada.*)
- IV. subordinação (*João está doente porque não come nada.*)
- V. construções gerundiais ou participiais (*[...] não comendo nada.*)
- VI. grupos preposicionais (*Por causa de jejum, João está doente.*)
- VII. preposições (*Por fome, João está doente.*)

Esq. 5: Esquema simplificado do eixo vertical de junção (grau de integração)

Tal como os juntores estão inseridos no eixo vertical, também o são no eixo horizontal, segundo o tipo semântico do nexos que expressam: assim, no nível vertical da subordinação (ou das conjunções subordinantes), podemos distinguir juntores como *se* ou *caso* para a condicionalidade, *porque* para a causalidade, *para que* para a finalidade, *ainda que* ou *mesmo que* etc. para a concessividade etc. O objetivo do esquema de junção é oferecer uma classificação dos juntores numa língua, no que cada juntor é localizado com duas coordenadas; p. ex., um juntor como *para que* é localizado no eixo vertical no nível IV, de subordinação, e no eixo horizontal 8, de finalidade:

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
II									
III									
IV								para que	
V									
VI									
VII									

Esq. 6: Localização de um juntor com duas coordenadas

Raible estabelece toda uma série de correlações dos parâmetros de junção com outros fatores como a evolução das línguas, a aquisição da linguagem, a gramaticalização e a relação entre oralidade e escrituralidade. Se o objetivo do trabalho de Raible foi, no início, tipológico, querendo oferecer um instrumento para a comparação das línguas (Quais são os juntores presentes numa língua? Qual é a sua respectiva origem? Existem técnicas particulares numa língua que não se encontram em outra? Quais são as tendências universais de evolução? etc.), a nossa aplicação do esquema é textual, partindo de duas observações: primeiro, que o emprego dos juntores, também em uma mesma sincronia, varia segundo o texto que se escrevia; e segundo, que essa variação, pensando que se observou também uma evolução diacrônica dos juntores, será provavelmente o espelho sincrônico dessa evolução diacrônica.

No nosso projeto, em uma série de trabalhos prévios, procuramos determinar a relação entre os juntores que se encontram em um texto e a TD à qual o texto pertence, podendo afirmar, pelo menos segundo os primeiros estudos, que existe uma clara correlação. Esta correlação é por um lado qualitativa, quer dizer que em uma TD de finalidade determinada vai aparecer uma série de nexos que correspondem ao conteúdo expresso nesse texto. Mas a possibilidade de distinguir diferentes TD dá-se ainda muito mais quando se introduz um elemento de *quantidade relativa*, contando o número relativo de juntores que aparecem em um texto. Os dois fatores levaram-nos à seguinte hipótese de trabalho:

Os esquemas de junção de um texto – “juntores” que contêm e frequência relativa – são sintomas para determinar a tradição discursiva a que pertence.

O ponto de partida das nossas análises foi um trabalho filológico extenso sobre diferentes TD do século XIII espanhol²⁵. Em muitos estudos de gramática histórica, já há tempo é bastante usual introduzir diferenciações textuais, de tipo: “língua escrita / falada”; “textos literários / não literários”, “textos científicos”, “poéticos”, “jurídicos” etc. Achamos tal diferenciação totalmente insuficiente e mostramos nos estudos prévios como textos supostamente do mesmo âmbito – no nosso caso, textos jurídicos – podem ser bem diferenciados e pertencer a TD bastante diversas. Identificamos pelo menos três mundos jurídicos diferentes na Idade Média românica, o mundo do direito oral transmitido por escrito em façanhas ou notícias de casos jurídicos concretos; o mundo do direito foral (os forais) na tradição da Península Ibérica desde a época visigoda e, finalmente, um terceiro mundo que corresponde ao renascer do direito romano, divulgado desde a Itália, sobretudo a partir da segunda metade do século XII. Trata-se de três mundos com três tradições de textos, tradições temporalmente sucessivas, mas também concomitantes, dada a sobrevivência das primeiras duas ao longo do século XIII, época da plena recepção do direito romano na Península Ibérica. Dentro dum mesmo “gênero” (o jurídico) e para uma mesma finalidade de expressão (“texto jurídico normativo”), encontramos, pois, três TD diferentes, identificadas mediante uma análise que aproveita, entre outras, as informações secundárias oferecidas pelos historiadores do direito.

Seguindo a nossa hipótese, essas três TD deveriam apresentar diferenças na superfície textual, diferenças identificáveis pela análise multidimensional ou mediante uma análise dos esquemas de junção.

Escolhemos três textos “prototípicos”²⁶ dessas TD para a análise de junção. Essa consiste em três etapas semi-automatizadas e apoiadas por componentes de um programa computacional elaborado dentro do nosso projeto. O primeiro passo é a identificação semi-automática dos juntores nos diferentes textos. O segundo passo – tratando-se de textos medievais – a unificação grafemática. Finalmente, procedeu-se a um cálculo quantitativo: mede-se a quantidade absoluta de juntores contida em cada porção de 1000 palavras, somando os resultados de cada porção para estabelecer a quantidade *relativa* dos juntores por 1000 palavras. No nosso exemplo, os resultados são os seguintes²⁷:

²⁵ Kabatek 2005.

²⁶ A identificação histórico-filológica das TD mostrou que também há textos onde as três TD se entrecruzam, textos menos prototípicos, produtos já de transformações das TD.

²⁷ Os textos das nossas análises estão publicados nas páginas www.kabatek.de/bologna e www.kabatek.de/codi. O primeiro texto é a coleção de Façanhas conhecida como *Façanhas de Palenzuela*, o segundo texto é uma coleção de foros contida no *Libro de los Fueros de Castilla*, e o terceiro a suma de direito romano chamada *Lo codi* na sua versão castelhana, cuja versão original provençal, que data da segunda metade do século XII, é o primeiro texto extenso de direito romano em língua românica.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
II					1				
III	114								
IV								1	
V									
VI									
VII						2			

Esq. 7 Façanhas de Palenzuela

O primeiro texto, uma “façanha”, é um texto “simples” que descreve fatos, casos jurídicos concretos, mediante a enumeração de acontecimentos. Os elementos de junção são mínimos, quase unicamente temos frases curtas de nome e verbo unidas com a conjunção *et*, presente com frequência muito alta. As poucas “exceções” no texto são devidas à presença de fórmulas latinizantes.

O segundo texto, um texto foral, corresponde a um modelo prototípico de “lei”, conhecido desde a antiguidade. Consiste, fundamentalmente, numa lista de frases condicionais: se *a* fizer *b*, será sancionado com a sanção *c*:

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
II									
III	29				1				1
IV			26			1			
V			3	1					
VI									
VII				12					

Esq. 8 Forais

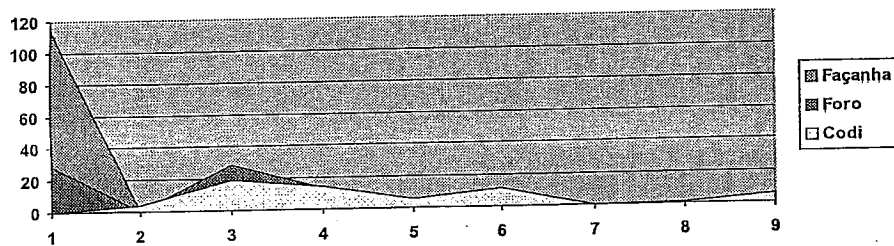
O terceiro texto é resultado da recepção do direito comum, do direito romano re-descoberto na Idade Média. Esse “novo” direito pretende unificar a diversidade das leis, introduzindo um sistema jurídico universal, aplicável a todos os casos possíveis; um

direito caracterizado pela discussão científica das matérias jurídicas com uma organização completa e uma grande quantidade de normas metajurídicas. Os textos correspondentes são altamente elaborados e apresentam um espectro amplo de possibilidades de junção:

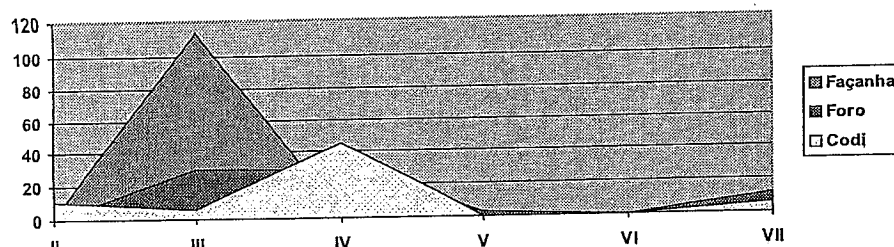
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
II		4				1			5
III					5				
IV			19	13	1	7			1
V									
VI									
VII				1		4		1	

Esq. 9 *Lo codi*

Sintetizando a análise dos textos, podemos visualizar o resultado de diferentes maneiras. Uma possibilidade é somar os resultados de cada eixo das duas dimensões do esquema, como nos dois gráficos seguintes:



Esq. 10 Relações



Esq. 11 Integração

As diferenças são evidentes: nas *façanhas*, predomina, quanto às relações (esq. 10), a simples adição, com frequência muito alta. A relação dominante no *foral* é a condicionalidade, e, no texto de direito romano —, no nosso exemplo a tradução castelhana da “*suma*” *Lo codi*, na sua versão original provençal o primeiro texto extenso de direito romano em língua românica, — existe um espectro completo de possibilidades, desde a adição até a concessividade, passando pela condicionalidade, a causalidade, a consecutividade, a finalidade etc. Na dimensão sintática, de diferentes graus de integração (esq. 11), as *façanhas* limitam-se a frases principais sem subordinação; nos *forais*, predomina a subordinação, e, no texto de direito romano, temos, além da subordinação, outras técnicas de integração mediante grupos preposicionais, frases gerundiais, nominalizações etc.

Nesse estudo de textos jurídicos medievais, obtivemos uma primeira confirmação de que as diferenças textuais-gramaticais são indicadores, sintomas de diferentes TD. Mas a nossa hipótese implica também a direção inversa: os esquemas de junção que apresenta um texto serão relevantes para a determinação da TD a que o texto pertence.

O nosso exemplo parece longe da realidade do PB, mas achamos que os princípios elaborados sobre a base do exemplo espanhol medieval serão aplicáveis, em princípio, a qualquer estudo de TD nas línguas românicas²⁸, e evidentemente também no PB. Esse tipo de estudo permite diferentes observações:

- a suposta homogeneidade de um “gênero” pode apresentar uma heterogeneidade interna considerável, observável, entre várias possibilidades²⁹, identificando sintomas textuais diferentes para cada TD.

- essa heterogeneidade interna *sinaliza* diferentes TD, e a indicação dos sintomas deve seguir a interpretação histórica dos dados para chegar a descrever, p. ex., quais são as diferentes TD concomitantes em um mesmo gênero.

5. A proposta de partir da análise dos esquemas de junção para ter um critério de determinação das TD não é evidentemente a única possível, mas o importante é o princípio: achamos necessária uma lingüística histórica de *corpus* com diferenciação de diferentes TD, e achamos que a via para o seu estabelecimento deve tentar quantificar elementos nos textos que se podem considerar sintomas textuais, sintomas para determinadas TD. Nos próximos anos, procuraremos melhorar a metodologia e oferecer resultados concretos de aplicação em diferentes línguas românicas.

²⁸ E, também em outras línguas. Pode ser que haja línguas que pelas suas características tipológicas não permitam uma análise desse tipo sem maiores modificações metodológicas, mas achamos viável, em princípio, a aplicação da metodologia pelo menos a todas as línguas indo-européias.

²⁹ Além da análise filológica que em princípio é ilimitada, também se pode fazer, no caso de textos escritos, uma análise de variação gráfica como a proposta por Barbosa nesse mesmo volume.

Esse tipo de estudo das TD é enormemente importante para a questão da mudança lingüística. Partimos de uma crítica da visão monolítica da gramática histórica, dizendo que convém diferenciar diferentes TD. Essa crítica não oferece uma explicação da mudança lingüística, mas indica algumas conexões entre mudança e TD. A língua não é uma entidade monolítica que evolui ao longo do tempo. É um conjunto de variedades e de tradições discursivas com evoluções internas bem diferenciadas: uma inovação dá-se, em geral, em um texto determinado, um texto que pertence a uma TD. A partir daí, a inovação pode generalizar-se nessa tradição, mas ainda não é geral na língua: faz falta a adoção da inovação em outras tradições. E tal como uma inovação se pode localizar, teoricamente, em um texto e uma TD concreta, também a perda de elementos não é geral e repentina em toda a língua senão que começa em algumas TD até talvez atingir todas. Mas freqüentemente os elementos ficam fossilizados durante muito tempo em algumas TD antes de seu total desaparecimento. Para a teoria da mudança, é imprescindível ter em conta a importância da relação entre TD e evolução da língua. E para a história de uma língua concreta, dois postulados metodológicos derivam dessa observação: nos estudos de evoluções diacrônicas de elementos particulares de uma língua, por detrás da evolução abstrata de um elemento na sucessão do tempo, convém diferenciar, onde for possível, a diversidade textual real, base da interpretação acertada da evolução lingüística. E para a visão de conjunto da história da língua, convém substituir o instrumento de pesquisa “*corpus* diacrônico” por um *corpus* diacrônico multidimensional, um *corpus* de textos pertencentes a diferentes TD, com possibilidade de projeção diacrônica, mas também com possibilidade de uma visão diferenciada das diferentes TD coexistentes ao longo da história de uma língua.

6. A inovação do conceito de TD pode parecer de pouca importância quando considerada dentro da lingüística do texto, e se considerarmos todos as diferentes características das TD, poucos elementos novos vamos encontrar com respeito aos trabalhos sobre gêneros textuais dos anos 70 e 80. O importante desse conceito parece residir sobretudo na volta à lingüística, e, em particular, à lingüística histórica. Nos últimos anos, observam-se tendências na lingüística que proclamam a morte da lingüística histórica, e em certas escolas e certos centros parece que é realmente uma disciplina moribunda³⁰. No entanto, nesses mesmos anos, também houve toda uma série de inovações que

³⁰ No número especial 31-1 da revista americana *La Corónica*, foi estudada a questão da suposta morte da lingüística histórica. Acho que é uma morte geograficamente muito limitada e que existem importantes centros no mundo – também no Brasil – que estão contribuindo para a contínua inovação dos estudos históricos, Cf. Kabatek 2003.

abriram perspectivas novas, desde a visão pragmática ou a visão cognitiva até a perspectiva proposta desde as TD. O estudo da história da língua desde as TD não oferece um paradigma diferente para substituir outras perspectivas, ao contrário, parece perfeitamente compatível com elas. O que oferece é uma perspectiva mais diferenciada, e talvez em alguns casos vai possibilitar a solução de alguma questão concreta ainda aberta.

Para a investigação futura, uma vez aclaradas as questões terminológicas e alguns dos parâmetros fundamentais, parece-me fundamental a relação entre análise qualitativa e análise quantitativa, para ver quais dos aspectos das TD são quantificáveis e quais não. A quantificação de elementos nunca vai ser um substituto da análise filológica de detalhes, mas é uma base objetiva para a comparação, fundamento de qualquer estudo de evolução histórica.

Referências

- ASCHEBERG, Heidi (2003). “Diskurstraditionen – Orientierungen und Fragestellungen”, in: Aschenberg/Wilhelm eds., pp. 1–18.
- ASCHEBERG, Heidi/WILHELM, Raymund (ed.) (2003). *Romanische Sprachgeschichte und Diskurstraditionen*. Tübingen: Narr.
- CALLOU, Dinah *et alii* (2003). *Análise contrastiva de variedades do português*. Rio de Janeiro: In-Fólio.
- COSERIU, Eugenio (1955-56). “Determinación y entorno. Dos problemas de una lingüística del hablar”, *Romanistisches Jahrbuch* VII, pp. 29–54.
- COSERIU, Eugenio (1977). “Sprachliche Interferenz bei Hochgebildeten”, in: *Sprachliche Interferenz: Festschrift für Werner Betz*, ed. por Herbert Kolb / Hartmut Lauffer. Tübingen: Niemeyer, pp. 77–100.
- COSERIU, Eugenio (1994). *Textlinguistik. Eine Einführung*, 3a ed. revisada, Tübingen, Francke, 1994 (Tübingen, Narr, 1980).
- GÜLICH, Elisabeth / RAIBLE, Wolfgang (eds.) (1972). *Textsorten. Differenzierungskriterien aus linguistischer Sicht*. Frankfurt/Main.
- HARTMANN, Peter (1964). “Text, Texte, Klassen von Texten”, *Bogavus* 2, pp. 15-25.
- HEINEMANN, Peter (2000). “Textsorten. Zur Diskussion um Basisklassen des Kommunizierens. Rückschau und Ausblick”, in: Adamzik, Kirsten (ed.): *Textsorten. Reflexionen und Analysen*. Tübingen: Stauffenburg, pp. 9-29.
- JACOB, Daniel/KABATEK, Johannes (eds.) (2001). *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica: descripción gramatical - pragmática histórica - metodología*. Frankfurt/Main-Madrid: Veruert/Iberoamericana (Lingüística Iberoamericana).

KABATEK, Johannes (2000a). *Os falantes como lingüistas. Tradición, innovación e interferencias no galego actual*. Vigo: Xerais.

KABATEK, Johannes (2000b). "L'oral et l'écrit – quelques aspects théoriques d'un « nouveau » paradigme dans le canon de la linguistique romane". In: Wolfgang Dahmen/Günter Holtus/Johannes Kramer/Michael Metzeltin/Wolfgang Schweickard/Otto Winkelmann (Hg.): *Kanonbildung in der Romanistik und in den Nachbarwissenschaften. Romanistisches Kolloquium XIV*. Tübingen: Narr, pp. 305-320.

KABATEK, Johannes (2001). "¿Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos". In: Daniel Jacob/ Johannes Kabatek (Hg.): *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica: descripción gramatical - pragmática histórica - metodología*. Frankfurt/Main-Madrid: Vervuert/Iberoamericana (Linguística Iberoamericana, 12), pp. 97-132.

KABATEK, Johannes (2002b). "Oralidad, proceso y estructura", *Pandora* (París) 2, 2: pp. 37-54.

KABATEK, Johannes (2003). "La lingüística románica histórica: tradición e innovación en una disciplina viva", *La Corónica* 31.2, pp. 35-40.

KABATEK, Johannes (1995). *Die Bolognesische Renaissance und der Ausbau romanischer Sprachen – Juristische Texttraditionen und Sprachentwicklung in Südfrankreich und Spanien im 12. und 13. Jahrhundert*. Tübingen: Niemeyer (Beihfte zur Zeitschrift für Romanische Philologie 327).

KABATEK, Johannes (n. p. a). "Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. Algunas reflexiones teóricas sobre tradiciones de textos jurídicos en la Edad Media en el mediodía francés y en la Península Ibérica", *Lexis* (Lima) (no prelo). www.kabatek.de/discurso

KABATEK, Johannes (n. p. b). "Sobre a historicidade de textos", tradução de José da Silva Simões, *Linba d'água* (São Paulo) 17, 2005, (no prelo).

KABATEK, Johannes / PUSCH, Claus / RAIBLE, Wolfgang (eds.) (2005). *Romanistische Korpuslinguistik II: Korpora und diachrone Sprachwissenschaft. Romance Corpus Linguistics II: Corpora and Diachronic Linguistics*. Tübingen: Narr (ScriptOralia 130).

KOCH, Peter (1997). "Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik", in: Barbara Frank/Thomas Haye/Doris Tophinke (eds.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, pp. 43-79.

KOCH, Peter/OESTERREICHER, Wulf (1985). "Sprache der Nähe – Sprache der Distanz. Mündlichkeit und Schriftlichkeit im Spannungsfeld von Sprachtheorie und Sprachgeschichte", *Romanistisches Jahrbuch* 36: 15-43.

KOCH, Peter/OESTERREICHER, Wulf (1994). "Schriftlichkeit und Sprache". In: Hartmut Günther/Otto Ludwig (ed.). *Schrift und Schriftlichkeit. Ein internationales Handbuch / Writing and its Use. An international Handbook*, 2 vols. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, vol. I, pp. 587-604.

OESTERREICHER, Wulf (1997). "Zur Fundierung von Diskurstraditionen". In: Thomas Haye/Doris Tophinke (eds.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, pp. 19-41.

RAIBLE, Wolfgang (1992). *Junktion: eine Dimension der Sprache und ihre Realisierungsformen zwischen Aggregation und Integration*. Heidelberg: Winter.

RAIBLE, Wolfgang (2001). "Linking clauses". In: Martin Haspelmath/Ekkehard König/Wulf Oesterreicher/Wolfgang Raible (eds.). *Language Typology and Language Universals. An International Handbook*, I. Berlin/New York: de Gruyter, pp. 590-617.

SANDIG, Barbara (1970). "Probleme einer linguistischen Stilistik", *Linguistik und Didaktik* 3, 177-194.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte (1983). *Traditionen des Sprechens. Elemente einer pragmatischen Sprachgeschichtsschreibung*. Stuttgart: Kohlhammer.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte (1993). *História do falar e história da lingüística*. Campinas: Unicamp.